

Gros diz que Brasil quer dinheiro novo

por Fernando Canzian
de São Paulo

Mais de cem banqueiros nacionais e internacionais estiveram reunidos no sábado passado em São Paulo com o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, e membros da diretoria da autoridade monetária na intenção de obter esclarecimentos sobre a posição brasileira de suspender o pagamento dos juros da dívida externa contraída junto aos credores externos.

"A intenção das reuniões — no total de três — foi informá-los do espírito das decisões do governo e responder a qualquer dúvida que fosse colocada", salientou Gros. Ele disse que dentro do espírito das decisões está a de buscar "uma solução definitiva para a dívida, e não medidas paliativas de curto prazo".

Os banqueiros que saíram do prédio do BC, localizado na avenida Paulista, pareciam compreensivos ao deixar a reunião. Um banqueiro norte-americano disse a este jornal que, apesar da suspensão da remessa de juros por parte do Brasil, o seu banco deverá continuar a financiar as exportações brasileiras com suas linhas de crédito. O banqueiro não descartou, porém, a possibilidade de uma melhor seleção dos bancos brasileiros com os quais pretende continuar a trabalhar.

Gros salientou que o Brasil ainda quer dinheiro novo, investimentos externos, e ainda a continuidade das linhas de crédito concedidas por bancos estrangeiros para operações de curto prazo. O presidente do

BC descartou, porém, que o governo venha pensando em adotar a centralização das operações de câmbio.

LUCROS E DIVIDENDOS

A contratação de operações de remessas de lucros, dividendos ou operações de desinvestimento de empresas multinacionais localizadas no Brasil deverão ser completamente liberadas após o dia 27 deste mês, quando vence o prazo de validade do comunicado Decam nº 991, expedido pelo BC, que proibiu que operações desse tipo sejam contratadas entre bancos e empresas sem prévia autorização da autoridade monetária.

De acordo com Carlos Eduardo de Freitas, diretor da Área Externa do BC, a medida — anunciada na quinta-feira passada — foi adotada "apenas em caráter de fiscalização". Segundo Freitas, a onda de boatos sobre uma maxidesvalorização que circularam pelo mercado na semana passada levou algumas empresas a tentar remeter divisas "não legítimas ao exterior", e afirmar que a medida é "temporária e deve ser revogada assim que o momento de turbulência termine".

Operadores do mercado de câmbio ligados a bancos acreditam, contudo, que a medida não será revogada no próximo dia 27 e suspeitam que ela tenha sido tomada como um primeiro passo para a centralização do câmbio. Técnicos do mercado ponderam que caso a medida seja revogada nada impedirá que as multinacionais enviem seus dólares ao exterior com as remessas liberadas.